

O Reflorestamento em Pauta no Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco (1950-1955)

Stéfany Tâmara Martins Queiroz¹

RESUMO

A Constituição de 1946 do Brasil, no Artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinava que o Governo Federal era obrigado, dentro do prazo de 20 anos, a traçar e executar um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, com aplicação anual de 1% da renda tributária da União. Consta neste Plano o reflorestamento para preservação das nascentes dos afluentes do rio São Francisco e para recuperação das matas ciliares. O objetivo deste trabalho é apresentar as circunstâncias em que esse tema aparece no Plano. Para este estudo, foi utilizado como fonte, o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco publicado pela Câmara dos Deputados, em 1963, e a Lei 2.599/1955 sobre a qual o Plano foi aprovado. A pesquisa realizada foi de caráter descritivo e bibliográfico. No estudo, considerou-se a importância do conhecimento histórico na relação ser humano e natureza para que se possa identificar as ações e reações dentro das determinações de caráter ambiental, assim o tema relacionado ao reflorestamento se além a perspectivas futuras e consequências advindas do passado que determinam a necessidade de saber para conhecer e projetar iniciativas relacionadas ao uso e à manutenção dos recursos naturais.

Palavras chaves: desenvolvimento; Estado; recursos naturais.

¹ Mestre em História Social (Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP). Professora da rede pública de educação básica do Estado de São Paulo. ORCID: 0000-0003-4706-5832. Email stefanytamara6@gmail.com

O Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco², publicado pela Câmara dos Deputados, em 1963, é um documento que expõe as diretrizes de elaboração do Plano e a formação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), responsável por elaborá-lo. A Comissão foi resultado das disputas e interesses envolvidos no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o Artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1946 tornava o Governo Federal obrigado, dentro do prazo de 20 anos, a traçar e executar um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, com aplicação anual de 1% da renda tributária da União.

Para coordenar a implantação da lei de criação da Comissão e apresentação dela ao Congresso, foi instituída uma Comissão Especial do Vale do São Francisco, composta por parlamentares. Depois de aprovada a lei, o presidente da República nomeou a diretoria da CVSF, formada por engenheiros responsáveis por elaborar e executar o Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco.

O rio São Francisco abrange 634 mil km² dentro do território brasileiro, nasce na Serra da Canastra, Estado de Minas Gerais, passa pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo a terceira maior bacia hidrográfica do país, por integrar o interior do Brasil ela tem sido polo de direcionamento de várias tentativas de aproveitamento econômico em diferentes épocas e por diferentes processos³.

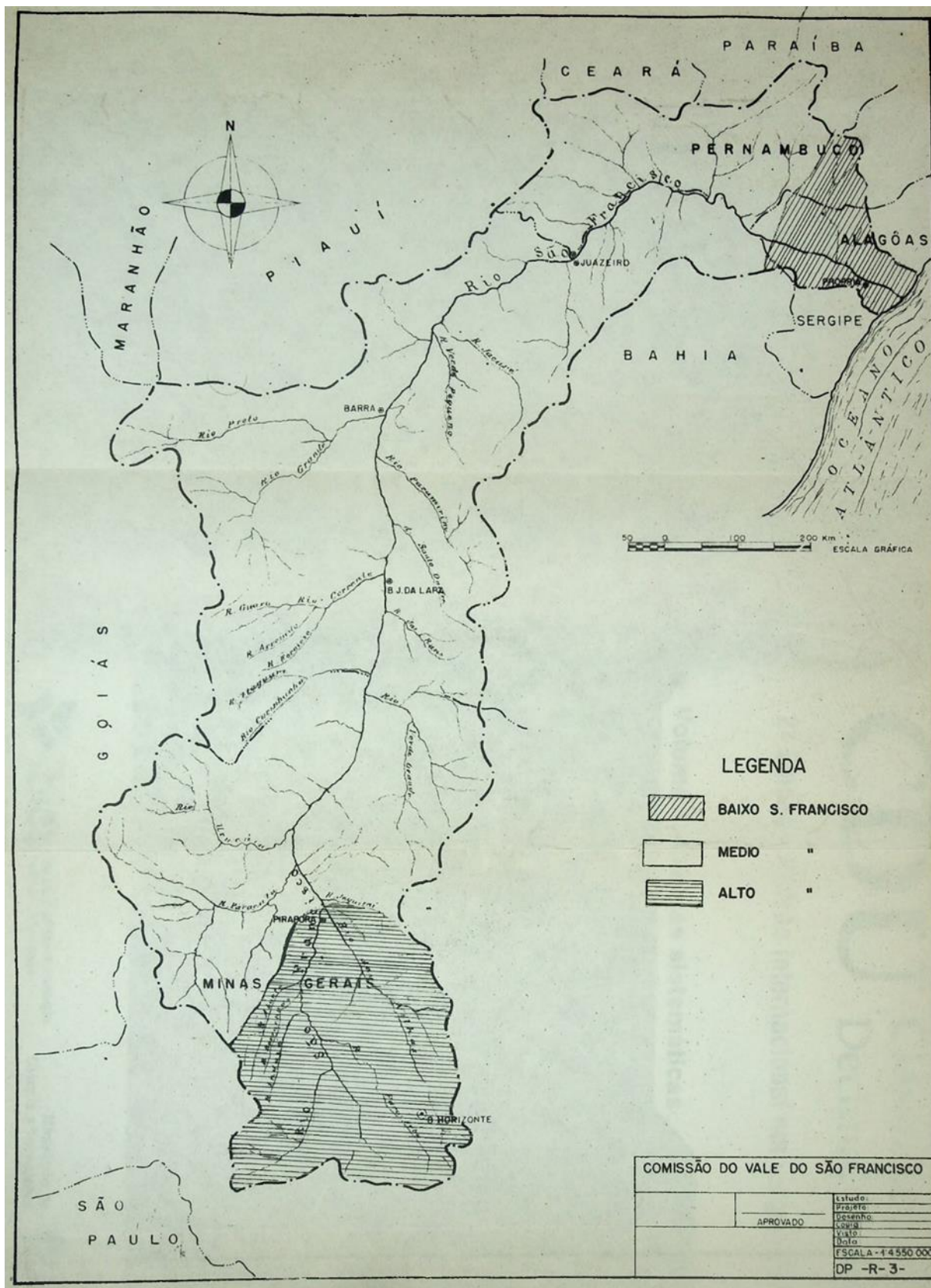
No período estudado, geralmente o Vale do Rio São Francisco era dividido em três partes⁴ (figura 1): Alto - estabelecido dentro do Estado de Minas Gerais, entre a nascente na Serra da Canastra e Pirapora -; Médio - de Pirapora-MG até Paulo Afonso-BA -; Baixo - trecho que se estende do final das cachoeiras de Paulo Afonso até a sua foz, no oceano Atlântico.

² Governo do Brasil. Câmara dos Deputados. Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Documentos Parlamentares, 1963. <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/10/browse?value=Brasil.+Plano+Geral+de+Aproveitamento+Econ%C3%B4mico+do+Vale+do+S%C3%A3o+Francisco&type=subject>

³ Camelo Filho- Zuza. Rio São Francisco, problemas e soluções: Uma questão de políticas públicas. Capinas: Unicamp, 2005 (Tese de Pós-Doutorado apresentado ao Dep. de Ciência Política da Unicamp)

⁴ Existiam divergências nos relatos em relação a divisão territorial do Rio, embora os mapas dos estudos ligados à CVSF relativos ao Vale do São Francisco o dividiam em três regiões, alguns deputados nas discussões do Plano na Câmara se referiam ao Vale apenas em Alto (região mineira) e Baixo (região Nordeste atual), outros apontavam Remanso-BA como final do que era chamado de médio São Francisco.

Figura 1. Vale do Rio São Francisco



Fonte: Governo do Brasil. CVSF. Plano Geral para o Aproveitamento do Vale do São Francisco, 1950.

Sobre a relação ser humano e natureza, as interações sociais e os usos do ambiente estudado, as alterações provocadas pela ação humana ao longo do Vale do Rio São Francisco, marcas do trajeto histórico dos anos anteriores à década de 1950, Carlos Marighella, deputado federal, citando Jorge Zarur⁵, expõe em 18 de novembro de 1947:

Apesar de serem o pastoreio e a agricultura as fontes mais lucrativas da região, houve desde logo uma ativa devastação da riqueza natural. As florestas foram derrubadas. Cêras e óleos de diferentes espécies de palmeiras eram extraídos de maneira rudimentar. Empregavam-se sistemas primitivos para pescar, e os animais selvagens eram caçados intensivamente para a utilização das suas peles. O progressivo esgotamento das minas de ouro e de diamantes em Minas Gerais, e o desenvolvimento da pecuária e da agricultura, organizadas em bases mais racionais, com imigrantes brancos e sob a orientação do Governo Federal em outras regiões próximas dos bons mercados, trouxe o declínio do pastoreio e da agricultura na Bacia do São Francisco. A cultura do arroz e da cana, na Bacia inferior, a do algodão, no Médio São Francisco e a industrialização na Bacia superior determinaram, ultimamente, a prosperidade de alguns pontos do Vale. Contudo, o sistema devastador acima citado, é ainda bastante empregado em grande parte da Bacia. Esta decadência da vida social e econômica da Bacia Média do São Francisco tem avultado, apesar de, nesta área, ainda permanecerem alguns dos característicos de zona pioneira, onde existem extensas propriedades e onde a utilização dos recursos naturais básicos é incompleta⁶.

No período coberto por esta pesquisa (1950-1955), as fontes consultadas trazem atas das reuniões, depoimentos, relatórios de sessões da Câmara dos Deputados e leis relacionadas ao Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. O documento permite inúmeros estudos históricos com diferentes abordagens. Foi selecionado o estudo pelo campo da História Ambiental, para compreensão das interações humanas históricas no uso do rio São Francisco.

A História Ambiental tem como premissa o entendimento da relação entre os seres humanos e o ambiente que os cerca e, para tal, não se detém à análise da trajetória histórica do meio biofísico, mas sim da complexa interação estabelecida entre o ambiente e o homem, e as interferências dos mais diversos agentes nesse contexto⁷.

A análise aqui estabelecida se relaciona à forma de interação ser humano-natureza, com proposição de aspectos econômicos e políticos pelo viés do Estado. A

⁵ Jorge Zarur. A Bacia do Médio São Francisco: Uma análise regional. (IBGE, 1946)

⁶ Carlos Marighella *apud* Jorge Zarur. In Governo do Brasil. Câmara dos Deputados. Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. (Documentos Parlamentares, 1963), p. 570-571.

⁷ Caroline L. dos Santos Lima. "História, Região e Natureza: Delimitação Regional em História Ambiental" Revista Eletrônica História em Reflexão, volume 11, número 21 (jul/dez, 2017), p. 159 <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/6365/4039>

perspectiva que compõe essa correlação se associa a importantes transformações territoriais. As medidas do Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, elaborado pela Comissão do Vale do São Francisco em 1950, são direcionadas ao “domínio” da natureza para produção e industrialização.

Com foco nos recursos hídricos do rio São Francisco, o Plano apresentado pela CVSF visava à regularização do curso das águas do Rio, à utilização do seu potencial hidrelétrico, ao fomento à indústria e à agricultura, ao desenvolvimento da irrigação, à modernização dos transportes, ao incremento da colonização e saúde, e à exploração de suas riquezas naturais.

Consta em pauta no Plano, entre suas metas, o reflorestamento para preservação das nascentes dos afluentes do rio São Francisco e a recuperação das matas ciliares. O objetivo deste trabalho é apresentar as circunstâncias em que esse tema aparece no Plano.

1. O REFLORESTAMENTO EM PAUTA NO PLANO GERAL DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

A partir de 1946, o rio São Francisco se tornava, em falas congressistas⁸, uma riqueza inexplorada ou esquecida, a ser aproveitada para o desenvolvimento do país. Como relata Duarte⁹, conforme o discurso do então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman em 1949, a exploração dos recursos naturais era o caminho para os países “subdesenvolvidos” alcançarem a paz e a prosperidade, e para tal, deveriam seguir a orientação dos países “desenvolvidos”.

Emerge o desenvolvimentismo entendendo-se este como uma ideologia consubstanciada em um projeto que firma o desenvolvimento econômico como a principal tarefa do governo, o epicentro de suas ações e da política econômica, tendo como objetivo maior a industrialização do país. Mais que o progresso ou evolução, o desenvolvimento torna-se o fim último da ação estatal, supõe colocar todos os instrumentos e meios para a consecução de um objetivo bem definido: o crescimento da economia (e não mais a evolução moral ou intelectual)¹⁰.

⁸ Falas envoltas nas discussões a respeito das justificativas apresentadas no Congresso para se aprovar a Comissão do Vale do São Francisco e a elaboração e execução do Plano Geral da Comissão (Governo do Brasil. Câmara dos Deputados. Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Documentos Parlamentares, 1963).

⁹ Regina Horta Duarte. *História e Natureza*. (Belo Horizonte: Autêntica, 2013).

¹⁰ Pedro César D. Fonseca. “Do Progresso ao desenvolvimento: Vargas na primeira República”. (Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2004), p. 15.

https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/do_progresso_ao_desenvolvimento_vargas_na_primeira_republica.pdf

A apropriação dos recursos naturais, enquanto meios propulsores do desenvolvimento no Brasil, encontram maior intervenção do Estado na década 1950, na pauta do Plano, se inserem os discursos em prol da autonomia na produção, através de investimentos no setor tecnológico¹¹ e exploração dos recursos naturais. A CVSF investigou as possibilidades para se desenvolverem indústrias no Vale e registrou atividades manufatureiras e extrativistas existentes até aquele momento na região. A maioria era, até então, 1950, atrelada à subsistência e à técnicas rudimentares, como extração de paina¹², óleo de mamona¹³, areia, pedra, cal, madeira e a produção de queijo, manteiga, carne seca, aguardente, rapadura, farinha de mandioca e milho¹⁴.

A aplicação de técnicas para aumentar a produção/extração de matéria-prima e fomentar a indústria fazia parte do extenso conglomerado de atividades previstas no Plano. Constavam, entre os objetivos da CVSF, a ocupação e o povoamento do território, além disso, era necessário garantir a mão de obra na região. A despeito das contradições do seu projeto, a CVSF instaurou no Vale uma rede de hospitais, campanhas de erradicação da malária, distribuição de água tratada em algumas cidades, sistema de esgoto urbano, energia elétrica, centros de treinamentos para jovens rurais e projetos de irrigação.

Como constata Camelo Filho¹⁵, o enfoque nas questões de política ambiental emergiu apenas a partir da década de 1970. O desenvolvimento na década de 1950 se restringia aos termos relacionados ao conceito pensado a partir da perspectiva dos sujeitos da época. O Código de Águas e o Código Florestal, instituídos em 1934, possibilitaram discussões na CVSF¹⁶. As questões ambientais foram pensadas de

¹¹ Flávio Dantas Martins. O Rio São Francisco na História: O Uso Público da Memória e o Projeto de Meio Técnico-Científico- Brasil 1930-1950. (Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022).

¹² Produto usado para fabricação de tecidos, ganhou destaque durante a Segunda Guerra.

¹³ A maior parte da mamona extraída era enviada para indústria especializada em Salvador-BA.

¹⁴ Governo do Brasil. CVSF. Comissão do Vale do São Francisco. Engenheiros e Economistas Consultores. Indústria no Médio São Francisco [manuscrito]. Folheto. Rio de Janeiro: s/n. s/d. Arquivo: 338.45(282.281.5) CVSF. Disponível em: <https://sophia.codevasf.gov.br/>. Apresenta levantamento das indústrias existentes no Médio São Francisco, classificadas em extrativistas, rurais e manufatureiras. Também são apresentados registros das atividades de extração mineral, de produção vegetal, de transformação de gênero agrícola.

¹⁵ Camelo Filho- Zuza. Rio São Francisco, problemas e soluções: Uma questão de políticas públicas. (Tese de Pós-Doutorado apresentado ao Dep. de Ciência Política. Capinas: Unicamp, 2005)

¹⁶ A partir da promulgação do Código de Águas, Decreto 24.643 de 10/07/1934 a propriedade da terra não garantia a particularidade das águas, sendo essas consideradas públicas sobre o regimento da União, estados ou municípios. Desde então as quedas d'água com potencial hidrelétrico passaram a ser patrimônio da nação, sendo necessária a autorização do Governo Federal para sua exploração. Governo do Brasil. DNAEE. Código de Águas. Decreto 24.643 de 10/07/1934 (Ministério das Minas e Energia, 1934).. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>

maneira limitada, relacionando-as à preservação dos recursos naturais para sua posterior exploração. No discurso parlamentar em que se estabelecia o Plano Geral da CVSF, foram levantados pontos relativos à preservação e recuperação das matas ciliares e da ictiofauna, por exemplo. Entretanto, de maneira geral, o propósito final de todas as ações era econômico. O paradoxo “preservar e explorar” aparece no processo que compõe o Plano.

O planejamento passou a fazer parte do período de consolidação do desenvolvimentismo no Brasil, quando estava em voga a ideia do “desenvolvimento”, aportado na recuperação econômica dentro dos padrões capitalistas, como relata Paula¹⁷. As demandas pela industrialização, nesse período, incorporaram os rios como parte fundamental do processo. A interferência no curso e na utilização das águas marca profundamente essa fase. Embora o Plano fora amplamente debatido no Congresso e apresentado por políticos representantes do Vale do São Francisco, ele foi instituído de cima para baixo. Para Martins¹⁸, os habitantes residentes naquele espaço foram alvo das políticas, mas não da consulta sobre elas.

O Plano da CVSF foi elaborado a partir da proposta do Artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1946 do Brasil, período de redemocratização do país que seguia a política de desenvolvimento encadeada pelo governo anterior, liderado por Vargas, atribuindo ao Estado um papel de maior intervenção na economia¹⁹. A década de 1950, segundo Bielschowsky²⁰, torna hegemônico o desenvolvimentismo assentado no tripé industrialização, intervenção do Estado e planejamento.

O Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco tinha um programa de obras organizado por etapas, os vinte anos (1947-1967) estabelecidos pelo Plano eram divididos em quinquênios. Para o Plano, foram feitos levantamentos de cunho demográfico, econômico e social, dentre eles, pesquisas cartográficas e

¹⁷ 17 Dilma Andrade de Paula. Estado Brasileiro e Desenvolvimento Regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). *Revista de História Regional*, v. 17, n. 1, 2012.

¹⁸ Flávio Dantas Martins. *O Rio São Francisco na História: O Uso Público da Memória e o Projeto de Meio Técnico-Científico- Brasil 1930-1950*. (Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022)

¹⁹ Dilma A. Paula; Laurindo M. Pereira (Orgs.) *Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

²⁰ Ricardo Bielschowsky. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. (Rio de Janeiro: Contraponto, 1996)

geológicas do Vale do São Francisco, em convênio com o Conselho Nacional de Geografia.

As autoridades políticas projetavam, para justificar o Plano, o curso do Rio como via de acesso e administração do território. A apropriação dos recursos naturais, além de proporcionar a industrialização do país, também era vista como forma de colonizar e controlar o espaço nacional, a fim de facilitar o exercício do poder sobre ele.

Todo o Plano girava em torno do controle das águas. Algumas obras implantadas foram as hidrelétricas de Paulo Afonso-BA (1948) e Três Marias-MG (1957). Em teoria, eram justificadas por favorecer as populações ribeirinhas e o desenvolvimento local, mas os empreendimentos também contavam com investimentos privados, alguns acionistas eram políticos que interferiram na liberação de verbas públicas para construção das hidrelétricas, outros pretendiam beneficiar ou valorizar suas empresas ou propriedades particulares próximas às usinas e ainda angariar votos para campanhas eleitorais²¹. Isso ocorria porque o rio São Francisco era o cerne de todas as atividades, como irrigação, geração de energia, melhoria dos transportes fluviais, colonização e controle de enchentes, visando ao progresso industrial. Muitas vezes o Rio é citado como “veia aorta”²² do Vale, além do costumeiro apelido de “Rio da Unidade Nacional”.

Martins²³ alega que a memória sobre o “Rio da Unidade Nacional” foi reelaborada, entre os defensores e proponentes do Plano, para priorizar a escolha da região hidrográfica do São Francisco como espaço de planejamento, mas outros discursos se formaram ao longo da construção do projeto do Plano. Ainda segundo Martins, o deputado Manoel Novais - articulador da proposta do Artigo 29 - tinha preocupação com a questão ambiental quando se referia à necessidade de reflorestamento, ao mesmo tempo, o referido político tinha interesses particulares, pois possuía grandes propriedades de terras no Vale do Rio São Francisco, onde se

²¹ Laurindo M. Pereira. Em Nome do Vale e da Nação: A intervenção de Geraldo Rocha, Manuel Novais e José Maria Alkmin nos debates sobre o desenvolvimento do Vale do São Francisco. In: Dilma A. Paula; Laurindo M. Pereira (Orgs.) Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres (Jundiá: Paco Editorial, 2017) p. 121-144

²² A artéria aorta, maior vaso do corpo humano, é responsável por levar oxigênio para todo o corpo.

²³ Flávio Dantas Martins. “O Rio São Francisco na História: O uso público da memória e o projeto técnico-científico- Brasil 1930-1950”. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, 2022)

concentrava a maioria dos seus eleitores. Assim, se cruzam com o projeto os interesses econômicos e políticos do parlamentar proponente do Plano para promover o desenvolvimento no Vale do São Francisco.

Segundo Queiroz²⁴, o desenvolvimento ligado à melhoria da qualidade de vida dos moradores do Vale do Rio São Francisco era sempre utilizado como justificativa pelos parlamentares que defendiam o projeto da CVSF durante as discussões no Congresso Nacional.

É necessário frisar que a criação da Comissão do Vale do São Francisco inspirou-se em um dos programas criados durante o governo Roosevelt nos Estados Unidos, como parte das iniciativas do *New Deal* após a crise de 1929, a *Tennessee Valley Authority - TVA* (1933). O programa continha, entre seus principais propósitos, melhorar a navegabilidade do rio Tennessee; fornecendo controle de enchentes por meio do reflorestamento de terras marginais na bacia hidrográfica do Vale do Tennessee. “Pinchot²⁵ propôs a Roosevelt um extenso programa de reflorestamento dos morros do rio Tennessee e agricultura em curva de nível para eliminar a erosão, financiados por empresa pública de energia a ser criada no vale”²⁶.

No Brasil, entre as diretrizes da Comissão do Vale do São Francisco, a proposta de reflorestamento foi inserida durante a preparação do Plano Geral de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Vale do São Francisco, em 1950. A leitura dos depoimentos²⁷ dados por técnicos (engenheiros, agrônomos e geógrafos) e escritores de obras sobre o rio São Francisco e seu Vale à Comissão Parlamentar, permite indicar as manifestações relacionadas ao tema:

Reflorestamento das terras e exploração das riquezas minerais, da fauna e da flora. Justificação - Nas grandes faixas das caatingas são-franciscanas, mesmo dentro das áreas das "vazantes", o reflorestamento das terras desnudadas se impõe, como uma necessidade imperiosa, inclusive para a fixação de um regime fluvial adequado para a região. Por outro lado, o Governo Federal

²⁴ Stéfany Tâmara M. Queiroz. “A Comissão do Vale do São Francisco no Município de São Francisco/MG (1946-1963): Desenvolvimento e Natureza no Norte de Minas Gerais”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, 2022)

²⁵ Segundo Brose, Pinchot criou na fazenda da família uma estação experimental que ajudou a estabelecer as bases científicas para a política de exploração racional de florestas nativas nos EUA. Ele era filho de uma família de imigrantes franceses em Nova Iorque, que enriqueceu com especulação imobiliária e comércio de madeira de florestas nativas. Arrependido pelos danos ambientais que causou, o pai incentivou Pinchot a estudar engenharia florestal. Markus Brose (org.). “TVA e instituições de Desenvolvimento Regional: contribuições para a história das ideias”. (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015), p. 14.

²⁶ Markus Brose (org.). “TVA e instituições de Desenvolvimento Regional: contribuições para a história das ideias”. (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015), p. 14.

²⁷ Prestaram depoimentos os Srs. Geraldo Rocha, Agenor Miranda, Maurício Joppert, Clóvis Côrtes, Adozindo Magalhães, João Maurício, Horácio Peres de Matos, Apolônio Sales, Renato Feio, Hermínio Conde, Mário Pinoti, Correa Leal, Paulo Peltier de Queiroz e Rafael Xavier.

deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a exploração das riquezas regionais. Entre elas se destaca, por exemplo, a industrialização do "surubi", o bacalhau nacional, devendo o poder público regulamentar sua pesca e auxiliar a instalação de fábricas para o seu aproveitamento, de vez que se trata de uma riqueza regional que, por si só, poderá modificar o ambiente atual de um grande trecho do Médio São Francisco²⁸.

No depoimento do engenheiro agrônomo João Maurício de Medeiros, o reflorestamento é proposto em conjunto com a implantação de centros agroindustriais ao longo do rio São Francisco. Ao mesmo tempo, em outros relatos, evidencia-se a diversidade de madeiras como o cedro, peroba, pau-d'arco e aroeira. O reflorestamento dessas árvores também foi sugerido e entraria no programa do Plano. Além disso, a implantação da hidrelétrica de Paulo Afonso foi muito defendida com base no discurso da falta de energia provocada pela derrubada das matas e caatingas na região.

Dentro do Plano, o levantamento aerofotogramétrico consta como imprescindível para estudo da cobertura do solo e posterior implementação da silvicultura. O solo já estava bastante devastado, em razão da utilização da madeira para comercialização e fonte de energia para locomotivas, caldeiras de usinas, fábricas de tecido e outras tantas atividades. Os portos de madeira à beira do rio São Francisco, usados para carregar de lenha os Vapores²⁹ em transição pelo Rio, provocavam grande desmatamento na mata ciliar e assoreamento do Rio, comprometendo sua estrutura e o desempenho da navegação.

O rio perde profundidade ganhando largura, formando ilhas, desbarrancando as margens, agravando cada vez mais suas precárias condições de navegabilidade. E o remédio, parece-me, seria regularizar a descarga do rio, construindo-se barragens de acumulação em seus afluentes, e providenciar a reflorestação onde possível, ou a restauração do solo, a fim de evitar os efeitos da erosão.

A vulnerabilidade do rio São Francisco é um problema exposto, embora a proteção das margens contra a erosão fosse sugerida, sempre vigorou a ideia de se priorizar a construção das barragens. A regularização do regime fluvial do Rio se fazia

²⁸ Depoimento de Paulo Peltier Queiroz à Comissão Parlamentar a respeito das necessidades do Vale do São Francisco (reunião de 2 de dezembro de 1946). Peltier Queiroz foi o primeiro diretor superintendente da Comissão do Vale do São Francisco (1949-1954) e liderou a formulação do Plano a ser implementado no Vale ao longo dos 20 anos indicados pelo Art. 29 do ADCT da Constituição de 1946. (Governo do Brasil. Câmara dos Deputados. Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Documentos Parlamentares, 1963), p. 260.

²⁹ O transporte de pessoas e produtos pelo Rio era feito por barcos a vapor, movidos à madeira, chamados de vapores.

urgente, tendo como primeira iniciativa a obtenção de máquinas para desobstruir seu leito.

A essência eucalipto, pelas suas diversas espécies, é essência exótica, porém preferida em todo o País, pelas suas magníficas qualidades: franca ambientação, crescimento rápido e bastante rústica; adapta-se em terrenos pobres de matéria orgânica, além de se reproduzir por talhadia; resolve, portanto, a situação angustiosa do Vale do São Francisco. Concomitantemente, ao ser resolvido o problema do combustível, vem o de regularizar a situação dos afluentes, e progressiva conservação das cabeceiras dos Rios São Francisco e afluentes³⁰.

Aparecem como referência de reflorestamento, no depoimento de Horácio Peres de Matos³¹, os estudos feitos nos Estados Unidos sobre a influência benéfica das florestas para conservação e regularização dos mananciais e cursos de água. Uma das primeiras propostas para o reflorestamento foi o estudo das espécies nativas a serem replantadas, mas a principal sugestão era o eucalipto. No entanto, o cultivo da floresta era visto como finalidade econômica, em função disso, a atenção ao assunto visava à produção de madeira para combustível.

Segundo Lima³², o gênero *Eucalyptus* possui mais de 600 espécies identificadas, apresentando uma variação grande de ocorrências e efeitos, dependendo do ambiente em que é plantado. Com exceção da Austrália, o eucalipto é uma espécie exótica em todos os países onde é plantado. Apesar de cada espécie apresentar características diferentes, o autor relata que a maioria interfere nos processos hidrológicos, sendo necessário conhecimento para manejo e produção da madeira a fim de se evitar efeitos negativos na qualidade da água no ambiente onde a espécie é plantada.

Na década de 50, o eucalipto começou a despertar a atenção como matéria-prima para a produção de celulose, que se consolidou a partir da década de 1970. O eucalipto alcançou posição de destaque a partir de 1980, quando o Brasil começou a ocupar a primeira colocação como produtor de celulose sulfato branqueada³³.

No caso da CVSF no Brasil, analisando os discursos parlamentares, percebe-se que o reflorestamento com árvores nativas foi considerado por seu reconhecido valor

³⁰ Depoimento de Horácio Peres de Medeiros em reunião da Comissão Parlamentar em 20 de novembro de 1946. (Governo do Brasil. Câmara dos Deputados. Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Documentos Parlamentares, 1963), p. 134.

³¹ Reunião da Comissão Parlamentar em 20 de novembro de 1946.

³² Walter de Paula Lima. "Impacto Ambiental do Eucalipto". (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2 ed., 1993).

³³ Walter de Paula Lima. "Impacto Ambiental do Eucalipto". (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2 ed., 1993).

comercial e pode-se inferir que a sugestão do eucalipto aparece como novidade promissora, sendo desconhecidas ou ignoradas, em 1950 pelos parlamentares, as desvantagens ocasionadas por seu plantio. Nos relatórios do Plano, não se encontram menções a respeito da instabilidade ecológica causada pelo plantio do eucalipto e nem contestações.

Lima³⁴, em seu estudo sobre o impacto ambiental do eucalipto, destaca que a redução de 20% na produção de água, em bacias hidrográficas próximas às plantações da maioria das espécies, pode ser compensada por técnicas de manejo, sendo a geologia e o solo mais influentes nesta questão. O autor destaca a utilização da árvore para produção de celulose, carvão e lenha, como meio de aliviar a pressão sobre as florestas nativas e como controle de erosão, no entanto o autor não considera as deficiências na fiscalização, estudo e manejo da espécie e não apresenta questões relacionadas aos conflitos socioambientais presentes na questão do reflorestamento do eucalipto.

A despeito das questões biológicas da planta eucalipto, no estudo das ações da CVSF, é possível entrever as latentes circunstâncias sociais que a interferência do reflorestamento pode produzir, a questão da distribuição de terras, por exemplo, é um assunto a ser discutido dentro desse tema em pesquisas remanescentes a este artigo.

As consequências das ações da CVSF aparecem em anos posteriores à sua concretização³⁵. A questão relacionada à estrutura histórica de desigualdades e concentração fundiária no Vale³⁶ foi suscitada pela bancada do Partido Comunista na Câmara, reivindicando a reforma agrária dentro do Plano. O tema era complexo visto que, como relata Braga³⁷, a maioria dos congressistas era de latifundiários, razão pela qual, o tema foi evitado por deputados e senadores. Ficaram pendentes as reformas

³⁴ Iden.

³⁵ A posterior posse de terras por empresas ditas como responsáveis pelo plano de reflorestamento, tal qual consta no relatório da CPI das Cheias de 1982, desencadeou conflitos em torno da posse de terra, com violência e grilagens, muitos colonos foram expulsos de terras devolutas supervalorizadas pela política de irrigação. Governo do Brasil. Câmara dos Deputados. "CPI-Cheias do São Francisco". Projeto de Resolução nº 331, de 1982. (Centro de Documentação e Informação, Brasília, 1983).

³⁶ Celso Furtado. *Fantasia desfeita*. (RJ: Paz e Terra, 1989)

³⁷ Sérgio Soares Braga. *Quem foi quem na assembleia constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da constituinte de 1946*. (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998)

sociais e econômicas capazes de reestruturar a distribuição da propriedade e de renda³⁸.

Na época aqui analisada, são evidentes as propostas em âmbito teórico e apenas algumas atividades desenvolvidas, desencadeadas pelos desdobramentos, interesses e disputas após a Segunda Guerra. Não cabe neste estudo - devido à limitação do tema ao contexto de discussões das propostas e sua eminente formação - o detalhamento dos aspectos posteriores, ou seja, relativos à efetiva execução e êxitos ou falhas durante o processo de implantação das políticas ligadas ao reflorestamento.

No Plano apresentado, em 1950, sob supervisão dos diretores da CVSF³⁹, a manutenção, restauração e criação de florestas aparece de maneira consistente.

A defesa do patrimônio florestal será incentivada mediante a melhor fiscalização dos dispositivos do Código Florestal, ou em vista da criação do parque florestal, já referido. O desenvolvimento de novas florestas será levado a efeito, diretamente, pela Comissão, e através de convênios a serem firmados com as entidades públicas interessadas, ou mesmo com particulares⁴⁰.

É importante ressaltar que, embora a defesa da floresta seja deixada a cargo do Código Florestal, Zélia Lopes Silva⁴¹ alerta que esse dispositivo era precário para coibir abusos perpetrados contra o meio ambiente. A autora relata que, há décadas, intelectuais e associações cívicas vinham se mobilizando em prol de medidas para preservação e reflorestamento, além de outras questões ambientais. O autor Paulo Martinez⁴² enfatiza que, apesar de indiscutíveis o pioneirismo e a qualidade jurídica do Brasil com relação às leis ambientais, elas ainda demonstram reduzida eficácia, repetindo-se situações históricas na apropriação dos recursos naturais em território brasileiro.

No Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco (1950-1955), ressalta-se a importância das florestas no equilíbrio do regime das águas, no restabelecimento das águas subterrâneas e dos mananciais que fornecem água aos

³⁸ Stéfany T. M. Queiroz. A Comissão do Vale do São Francisco no Município de São Francisco/MG (1946-1963): Desenvolvimento e Natureza no Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado, Guarulhos: Unifesp, 2021)

³⁹ Paulo Peltier Queiroz, Oscar Espínola Guedes e Lucas Lopes.

⁴⁰ Governo do Brasil. Câmara dos Deputados. Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Documentos Parlamentares, 1963), p. 387.

⁴¹ Zélia Lopes Silva. "As percepções das elites brasileiras dos anos 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas as normas para seu uso". In. Gilmar Arruda (org.). *Natureza, Fronteiras e Territórios: Das projeções simbólicas às normas para seu uso*. (Londrina: Eduel, 2013), p. 177-215.

⁴² Paulo Martinez *in* Janes Jorge. *Tietê, rio que a cidade perdeu: São Paulo, 1890-1940*. (São Paulo: Alameda, 2006).

rios, contra erosão e sedimentação dos rios, reduzem enxurradas, inundações e enchentes, facilitando a infiltração. O reflorestamento é ressaltado para terras sem o uso para agricultura, priorizando essa última atividade.

É importante ressaltar que nos projetos iniciais do Plano foram introduzidos programas de recuperação do solo e preservação do rio São Francisco, incluindo políticas de reflorestamento e preocupação com a conservação das nascentes. Essa preocupação se deve ao fato de o desenvolvimento da região ser assimilado aos recursos naturais que obtinham atenção do governo naquele momento, todas as ações voltadas à revitalização e conservação das águas do rio São Francisco tinham, na verdade, o propósito final de industrializar o Vale.

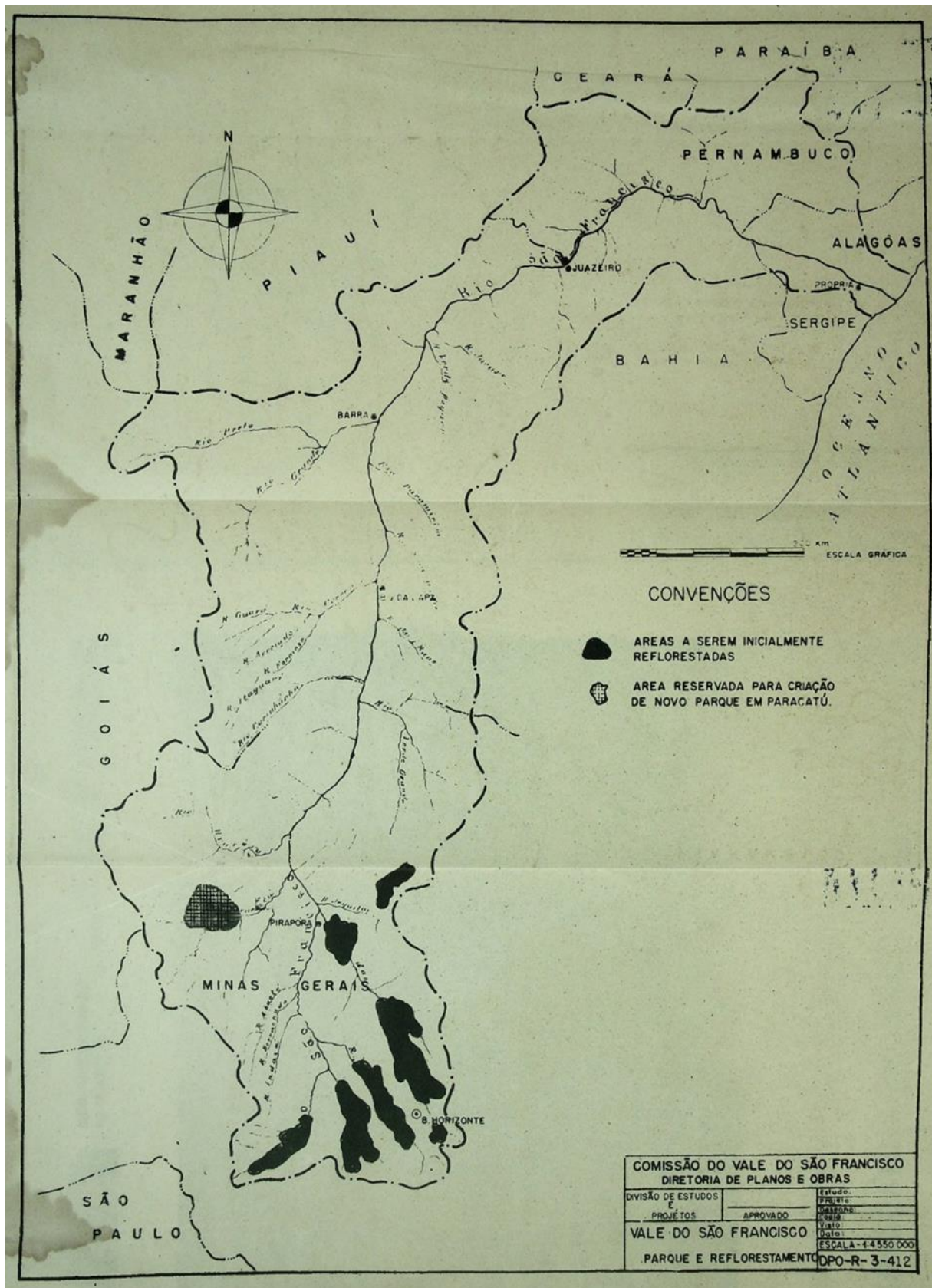
Dentre as propostas no programa do Plano para o quinquênio 1951-1955, foi aprovada a verba de Cr\$ 30.000.000,00⁴³ (trinta milhões de cruzeiros) para o serviço de florestamento, reflorestamento e proteção das nascentes do São Francisco e seus afluentes. Entre o material de estudo da CVSF, consta o mapa apresentado na figura 2.

Como se percebe no mapa, a preservação das nascentes dos afluentes do rio São Francisco na sua cabeceira eram prioridades, pois no mapa, as manchas que representam as primeiras áreas a serem reflorestadas se encontravam próximas à nascente do Rio no Estado de Minas Gerais. O território da bacia hidrográfica ainda não possuía estudos aprofundados com relação às suas características físicas e geográficas, assim, a CVSF se concentrou na investigação destes aspectos nos primeiros anos de atuação. Embora não tenham sido utilizados, foram encomendados pela CVSF estudos sociais, liderados pelo cientista Donald Pierson, sobre as populações que habitavam o Vale do Rio São Francisco⁴⁴.

⁴³ Considerando Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) equivalentes a R\$ 0,36 (trinta e seis centavos), o valor corresponderia em, aproximadamente, R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), sendo difícil a conversão em valor real sem considerar outros fatores do contexto econômico do Brasil na década de 1950.

⁴⁴ Marcos Chor Maio; Nemuel da Silva Oliveira; Thiago da Costa Lopes. "Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas Sociais em Ação na Era do Desenvolvimento" (DADOS- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013) p. 245 a 284. <https://www.scielo.br/j/dados/a/cBQstpvKxc3zzRqfYDG97gH/?format=pdf&lang=pt>

Figura 2. Área a ser reflorestada no Vale do São Francisco



Fonte: CVSF. Plano Geral para o Aproveitamento do Vale do São Francisco, 1950.

Na Lei 2.599/1955 alínea “O”, Parágrafo Único do Artigo 1º dispunha sobre o florestamento, reflorestamento e proteção das nascentes dos rios da Bacia. Esses serviços foram propostos para implementação no quadro do programa relativo aos anos de 1956-1960, entretanto, ao final do referido período, a CVSF ainda não havia começado os trabalhos de reflorestamento no Vale.

3 CONCLUSÃO

No Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do Rio São Francisco é perceptível a priorização de atividades econômicas e a visão de natureza enquanto útil a esse propósito. Embora o reflorestamento conste em pauta no Plano, trata-se de uma medida a ser tomada como proteção e preservação dos meios naturais a serem explorados no propósito de produção e industrialização.

É importante frisar o conhecimento já obtido sobre as vantagens do reflorestamento como aliado na preservação das características fundamentais do Rio e útil ao propósito de navegação e conservação do solo. Os políticos do Brasil, na década de 1950, não se mostraram alheios a esses benefícios, cabia a eles a decisão de quais ações iriam priorizar na busca pelo desenvolvimento do Vale. Como alerta Arruda e Colacios⁴⁵, cabe a história responsabilizar os sujeitos por suas ações, relegando a eles a responsabilidade, sobre suas deliberações

Outro aspecto fundamental visível nos debates a respeito do Plano no Congresso Nacional é a decadência do rio São Francisco, a expressão “o rio São Francisco está morrendo” aparece entre os parlamentares como um alerta de que os recursos hídricos estavam a ponto de se esgotar. Dentro dessa perspectiva, as propostas ligadas ao reflorestamento se tornam um ponto importante no debate sobre a preservação do Rio.

Embora o reflorestamento fosse uma política do Plano, a exemplo do modelo do TVA, ele enfrentou supressões e adições, resistências que adiaram sua execução; ainda assim, esteve presente e resistiu como projeto, ficando a discussão do tema como ponto importante no debate relativo aos recursos naturais.

⁴⁵ Gilmar Arruda e Roger Colacios. Considerações sobre a ética política na História (Ambiental): escalas e o presenteísmo da devastação. (HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña. v.9, n.2 (2019)) p. 64-94 disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/gilmararruda-rogercolacios-halac2019-versopublicada.pdf

O estudo da persistência do projeto reflorestamento estabelecido no Plano da CVSF pode direcionar maiores entendimentos em relação ao futuro do rio São Francisco e à sua preservação. Seria o rio São Francisco inutilizável pelas gerações atuais, tal qual outros rios, por exemplo, o Tietê como relata Janes Jorge⁴⁶, caso não se estabelecessem políticas como o reflorestamento em projetos como o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, estabelecido sob a Lei 2599/1955? Esses e outros questionamentos ligados à aplicação do reflorestamento são assuntos direcionados a estudos que levam ao conhecimento do que se sabe atualmente a respeito da necessidade do reflorestamento.

Os produtores de água são conhecidos atualmente por projetos que visam ao reflorestamento e seus múltiplos benefícios, assim como na década de 1950, em que a ação se tratava de uma reação à escassez dos recursos naturais, atualmente os vários interesses que se ligam à pauta aqui discutida devem considerar as repercussões das prioridades estabelecidas em decisões políticas, sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

Camelo Filho- Zuza. “Rio São Francisco, problemas e soluções: Uma questão de políticas públicas”. (Tese de Pós-Doutorado apresentado ao Dep. de Ciência Política da Unicamp, 2005)

Caroline L. dos Santos Lima. “História, Região e Natureza: Delimitação Regional em História Ambiental”. Revista Eletrônica História em Reflexão, volume 11, número 21 (jul/dez, 2017), p. 159. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/6365/4039>

Celso Furtado. Fantasia desfeita. (RJ: Paz e Terra, 1989)

Dilma A. Paula; Laurindo M. Pereira (Orgs.). Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres. (Jundiaí: Paco Editorial, 2017).

Flávio Dantas Martins. “O Rio São Francisco na História: O uso público da memória e o projeto técnico-científico- Brasil 1930-1950”. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, 2022)

Governo do Brasil. Câmara dos Deputados. CPI-Cheias do São Francisco. Projeto de Resolução nº 331, de 1982. Centro de Documentação e Informação, Brasília, 1983.

⁴⁶ Janes Jorge. Tietê: o rio que a cidade perdeu (1890-1940). (SP: SVMA, 2017).

Governo do Brasil. Câmara dos deputados. Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Documentos parlamentares, 1963. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/10/browse?value=brasil.+plano+geral+de+aproveitamento+econ%3%b4mico+do+vale+do+s%3%a3o+francisco&type=su bject>.

Governo do Brasil. Comissão do Vale do São Francisco. Engenheiros e Economistas Consultores. Indústria no Médio São Francisco. [manuscrito]. Rio de Janeiro: CVSF. Disponível em: <https://sophia.codevasf.gov.br/>

Governo do Brasil. Comissão do Vale do São Francisco. Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: departamento de imprensa nacional, 1950.

Governo do Brasil. DNAEE- Departamento Nacional de Águas e Energia. Código de Águas. Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934. (Ministério das Minas e Energia, 1934). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>

Governo do Brasil. Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2599-13-setembro-1955-361175-publicacaooriginal-1-pl.html>

Janes Jorge. Tietê, rio que a cidade perdeu: São Paulo, 1890-1940. (São Paulo: Alameda, 2006).

Jorge Zarur. A Bacia do Médio São Francisco: Uma análise regional. (IBGE, 1946).

Laurindo M. Pereira. “Em Nome do Vale e da Nação: A intervenção de Geraldo Rocha, Manuel Novais e José Maria Alkmin nos debates sobre o desenvolvimento do Vale do São Francisco”. In. Dilma A. Paula; Laurindo M. Pereira (Orgs.) Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres. (Jundiaí: Paco Editorial, 2017). p. 121-144

Marcos Chor Maio; Nemuel da Silva Oliveira; Thiago da Costa Lopes. “Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas Sociais em Ação na Era do Desenvolvimento” (DADOS- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013) p. 245 a 284. <https://www.scielo.br/j/dados/a/cBQstpvKxc3zzRqfYDG97gH/?format=pdf&lang=pt>

Markus Brose (org.). TVA e instituições de Desenvolvimento Regional: contribuições para a história das ideias. (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015).

Paulo Martinez in Janes Jorge. Tietê, rio que a cidade perdeu: São Paulo, 1890-1940. (São Paulo: Alameda, 2006).

Pedro César D. Fonseca. “Do Progresso ao desenvolvimento: Vargas na primeira República”. (Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2004), p. 15.

https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/do_progresso_ao_desenvolvimento_vargas_na_primeira_republica.pdf

Regina Horta Duarte. *História e Natureza*. (Belo Horizonte: Autêntica, 2013).

Ricardo Bielschowsky. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. (Rio de Janeiro: Contraponto, 1996)

Sérgio Soares Braga. *Quem foi quem na assembleia constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da constituinte de 1946*. (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998)

Stéfany Tâmara M. Queiroz. *A Comissão do Vale do São Francisco no Município de São Francisco/MG (1946-1963): Desenvolvimento e Natureza no Norte de Minas Gerais*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, 2022)

Zélia Lopes Silva. *As percepções das elites brasileiras dos anos 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas as normas para seu uso*. In: Gilmar Arruda (org.). *Natureza, Fronteiras e Territórios: Das projeções simbólicas às normas para seu uso*. (Londrina: Eduel, 2013), p. 177-215.

Reforestation in Agenda in the Big Plan for Economic Use of the São Francisco Valley (1950-1955)

ABSTRACT

The 1946 Constitution of Brazil, in Article 29 of the Transitional Constitutional Provisions Act, determined that the Federal Government was obliged, within a period of 20 years, to draw up and execute an utilization plan to of the economic possibilities for the São Francisco River and its affluents, with an annual application of 1% of the tax income of the Union. This Plan includes reforestation for the preservation of the sources of the affluents of the São Francisco River and the recovery of riparian forests. The objective of this work is to present the circumstances in which this theme appears in the Plan. The sources used in this study are the General Plan for the Economic Use of the São Francisco Valley published by the Chamber of Deputies in 1963 and the Law 2.599/1955, on which the Plan was approved,. The research carried out was descriptive and bibliographic. This work considers the importance of historical knowledge in the relationship between man and nature ,so that actions and reactions can be identified within the determinations of an environmental character, therefore the theme related to reforestation is limited to future perspectives and consequences arisen from the past that determine the need to know for understanding and design initiatives related to the use and maintenance of natural resources.

Keywords: development; government; natural resources;

Recibido: 18/08/2022
Aprovado: 10/12/2022